

Vespoli, Soninha Francine, Juliana Cardoso, Gilberto Natalini, Claudio Fonseca e Xexéu Tripoli.

Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Vereador Camilo Cristófaró está conosco no *chat* ou de viva voz? Não. Adio, de
ofício o item 13, PL 39/2018.

Passemos ao próximo item.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT) – (Pela ordem) - Estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma - PSDB) – Claro, como sempre Senador.

“- PL 366/2018, do Vereador EDUARDO MATARAZZO SUPPLY (PT). Cria o
programa de prevenção de incêndios nas ocupações da cidade e dá outras providências. FASE
DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA
ABSOLUTA DOS MEMBROS DA CÂMARA. HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA.”

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma - PSDB) – Em discussão. Há oradores
inscritos.

Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli. (Pausa) S.Exa. desiste.

Não há mais oradores inscritos. Está encerrada a discussão. A votos o Substitutivo
da Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa ao PL 366/18, do Vereador
Eduardo Supply. Os Srs. Vereadores favoráveis permaneçam como estão; os contrários, ou
aqueles que desejarem verificação nominal de votação, manifestem-se agora.

A SRA. JANAÍNA LIMA (NOVO) - (Pela ordem) - Registre-se meu voto contrário.

O SR. FERNANDO HOLIDAY (PATRIOTA) – (Pela ordem) - Registre-se meu voto

contrário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma - PSDB) – Registrem-se os votos contrários do Vereador Fernando Holiday e da Vereadora Janaína Lima. Aprovado em primeira discussão, volta em segunda.

Passemos ao item seguinte.

- “PL 576/2018, do Vereador ADILSON AMADEU (DEMOCRATAS). Declara o serviço de “táxi” como patrimônio cultural imaterial da cidade de São Paulo, e dá outras providências. FASE DA DISCUSSÃO: 1ª. APROVAÇÃO MEDIANTE VOTO FAVORÁVEL DA MAIORIA SIMPLES. HÁ SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEG. PARTICIPATIVA”.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma – PSDB) – Há sobre a mesa parecer, que será lido.

- É lido o seguinte: (Parecer ao PL 576/18)